

## **Livro Didático e Patrimônio Histórico: Possibilidades de análise nos livros didáticos regionais**

DANIELLE DA SILVA FERREIRA\*

Os estudos sobre patrimônio têm sido amplamente explorados no cenário acadêmico brasileiro, seja por historiadores, geógrafos, sociólogos, arquitetos, turismólogos dentre outros profissionais. Destacamos, sobretudo, a atuação dos historiadores ao se preocuparem em ler e interpretar através do patrimônio outra história, encontrada nos entrecruzamentos entre passado e presente, contribuindo com a ampliação e superação da perspectiva histórica que ordena de forma cronológica e progressiva as ações de homens e mulheres ao longo dos tempos.

Nas ideias de Funari e Pellegrini (2006) patrimônio é de imediato interpretado como pessoal, definido como algo importante pelos agentes histórico-sociais. Por conseguinte os autores definem patrimônio como “uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família” (FUNARI; PELLEGRINI, 2006:10). Essa definição toma um caráter aristocrático quando passa a ser entendido como herança familiar financeira e ainda não tem uma extensão pública. A modificação dessa representação só acontece na França do final do século XVIII, quando, após a Revolução Francesa, o Estado resolve preservar seus símbolos de guerra e manter edificações que simbolizavam a vitória sobre o antigo Estado Absolutista e assim mostrar para as próximas gerações o triunfo francês.

Já a compreensão contemporânea sobre patrimônio vai além da formação de uma identidade nacional, como concebia a sociedade da Revolução Francesa. Françoise Choay (2004) diz que hoje o patrimônio é entendido como elemento de formação identitária, interpretado através de múltiplas facetas, desde expressões monumentais como prédios, casebres, antigos mercados, estações de trem, até expressões imateriais, marcas de identidades e de cultura. Assim danças, religiões, comidas típicas, os modos de viver e saber fazer,

---

\* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

fundamentais na constituição histórica de um grupo, são parte da sua representação patrimonial, tendo um importante significado para a identidade deste grupo.

O patrimônio é co-participante da construção dos referenciais históricos individuais e coletivos, principalmente no que se refere ao cenário histórico local. Entretanto, essa percepção não é um elemento trivial, o processo de formação e de reconhecimento dessa identidade deve fazer parte da formulação e execução de políticas públicas que contemplem o patrimônio. Contudo apenas essa prática não dá conta de fomentar uma cultura de conhecimento e valorização patrimonial logo também devem ser cultivadas medidas educacionais relativas à conscientização, identificação, reconhecimento, compreensão e ressignificação dos aspectos históricos culturais manifestos nas diferentes formas de patrimônios. Nesse sentido, consideramos a escola como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho baseado na construção do conhecimento plural e significativo a partir do reconhecimento e usos do patrimônio, que faz parte da História do lugar.

Ações de natureza educativa envolveram por certo tempo o aspecto físico da preservação, sendo escassas no âmbito educacional. Essa prática, mais preservacionista que educativa, foi superada e hoje os órgãos governamentais financiam muitos trabalhos e projetos educacionais que privilegiam o patrimônio, revelando uma configuração: o patrimônio reconhecido como um dos pilares da construção de identidades e a sua importância enquanto espaço de construção/ressignificação de saberes.

Diante dessa compreensão podemos dizer que o patrimônio possibilita novos caminhos para pensar o espaço por ele ocupado, sobretudo se inserido enquanto elemento de formação histórica na escola, relacionado em especial aos conteúdos de história local ministrados nos anos iniciais da escolarização básica, público privilegiado para a aquisição de conhecimentos desse caráter. O trabalho com a História Local e com o patrimônio no início da escolarização é legítimo quando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – História (2001) destacam uma atenção a essa temática.

A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia. (BRASIL, 2001: 51)

Quando o ensino de história privilegia temáticas como a da história local e o patrimônio, que propõem o rompimento com a veneração de cânones e marcos históricos, inicia-se uma reflexão sobre os referenciais que são fragmentos do passado do homem simples, que no seu cotidiano compôs e recompôs seu espaço e seu tempo. Para que esse diálogo entre ensino de História e patrimônio torne-se espaço para discussão da formação histórico-cultural, com suas contradições e conflitos, suas lutas sociais, permanências e rupturas, é estratégico contar com um elemento mediador do processo de aprendizagem escolar, nesse caso o livro didático.

O livro didático é uma ferramenta indispensável para a trama educativa, eixo de muitos conflitos e indagações que circundam o cotidiano escolar, também passa a ser estudado nas universidades como lugar de preocupações acadêmicas. Nas reflexões que envolvem em específico o livro didático de história, no tocante aos anos iniciais, são comuns investigações que contemplem as abordagens do conhecimento histórico, as formas como a temática da história local aparece, as estratégias didáticas e mais recentemente o patrimônio.

Entendemos que o patrimônio merece um lugar distinto dentro do livro didático, principalmente porque, através do trabalho com ele, pode-se fomentar o reconhecimento da formação história e identidade especialmente ao que se refere ao âmbito local. Nesse sentido destacamos o papel do livro didático regional de História, pois este pode, por excelência, ser espaço para uma abordagem histórica que privilegie aspectos da História Local.

Essa escolha se justifica por considerarmos o patrimônio uma imprescindível fonte de subsídios teóricos e metodológicos para fundamentar a constituição de novos campos nos estudos históricos, inclusive na história ensinada, atuando em prol de um conhecimento histórico significativo, onde o educando possa tornar-se um “investigador”, conhecendo e reconhecendo elementos de sua identidade e de sua formação histórica imbuídos na constituição do patrimônio.

Pensando na constituição do conhecimento histórico contemporâneo ao longo do tempo percebemos que esta contempla e destaca diferentes ideias sobre o mesmo objeto, as múltiplas abordagens, propostas e experiências distintas em relação ao que ocorria antes.

Remontado o século XIX, a História que não seguisse a forma hoje marcada como “tradicional”<sup>1</sup> não estava legitimada dentro do universo histórico e científico. A operação historiográfica enquanto instrumento de poder pregava a propagação de uma verdade sedimentada na figura dos heróis, os historiadores defendiam que essa verdade seria “o real”, segundo Certeau (1998). Essa forma “engessada” de pensar a escrita da História e os seus instrumentos “cedem aos poucos, perdendo importância e espaço, tornando-se quase que anacrônicos na ordem contemporânea onde à escritura e a maquinaria” (CERTEAU, 1998: 238) já não se sustentam.

Assim, nos finais do século XIX e início do XX as inquietações e contestações se intensificam resultando no movimento de renovação historiográfica constituído no entorno da "Annales d'histoire économique et sociale", revista francesa fundada no final da década de 1920 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Estes propunham uma história-problema, que entendesse o fazer dos homens de forma múltipla, plural, diversa, na qual fossem considerados fenômenos históricos todos os vestígios humanos. Afastavam-se do cerne político para se deterem nas atividades e organizações sociais e econômicas, alicerçando a produção do conhecimento histórico numa perspectiva interdisciplinar. No universo historiográfico essa abordagem conhecida como Nova História apresenta um novo horizonte, considerando os aspectos sociais e as expressões de cultura como parte indissociável da construção histórica e não apenas acontecimentos pontuais.

Neste percurso os Annales contribuíram para o alargamento das possibilidades de estudo da História e de suas respectivas fontes. No conjunto da ampliação dos objetos, dos problemas e das fontes históricas nos deparamos com a memória e o patrimônio assumindo um lugar privilegiado na reflexão acerca dos espaços de construção identitária dos sujeitos, situados em determinados tempo e espaço.

Buscando uma definição conceitual sobre patrimônio Choay(2006) diz que ele é uma expressão polissêmica e nômade, no sentido de vestir-se de diversas indumentárias para revelar a interpretação num determinado contexto. Diz ainda que

---

<sup>1</sup> De acordo com Leopold Von Ranke a história deveria mostrar os fatos tal como eles aconteceram e para essa tarefa ser cumprida cabia ao historiador buscar a verdade dos fatos, organizá-los temporalmente e construir uma narrativa isenta de contemplos de cunho pessoal.

a expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade é errante constantemente transformada pela mobilidade e ubiqüidade de seu presente, “Patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras chaves da tribo midiática ela remete a um na instituição e uma mentalidade. (CHOAY, 2006: 11)

Sendo assim o patrimônio está imerso em significados que estabelecem conexão com a compreensão da realidade, necessitando de múltiplas interpretações para que a existência dos espaços patrimoniais possa fazer sentido. Choay (2006) defende que o patrimônio influencia e é influenciado pelas diversas instâncias econômicas, sociais, históricas, culturais da sociedade. Esse patrimônio “base fragmentada e fragmentária de uma dialética da História e da historicidade é tratado de acordo com as complexas abordagens [...] é um campo de forças opostas [...]” (*idem*, 2006: 203). Ele não é, portanto, o próprio passado, mas o que se constituiu a partir dele, sem que este necessariamente tenha uma ascendência “memorável”. “Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso, tenha tido em sua origem uma destinação memorial” (CHOAY, 2006: 26).

Assim, analisar o patrimônio como objeto de estudo, considerando-o campo para pesquisas é assumir a prerrogativa de que ele assistiu a vivência dos homens num determinado momento e pode ser interpretados como “testemunhas irrepreensíveis da História, por isso, eles permitem construir uma multiplicidade de Histórias – História Política, dos costumes, das artes, e das técnicas – ao mesmo tempo que auxiliam a pesquisa intelectual e na formação dos profissionais...” (CHOAY, 2005: 117)

Dominique Poulot (2005) faz um estudo detalhado sobre as múltiplas significações do patrimônio na França, complementando a posição de Choay (2006). Poulot salienta que a valorização dos bens emana primeiramente do reconhecimento que os indivíduos das comunidades têm por este, que esse patrimônio reelabora-se cotidianamente a partir das múltiplas interpretações.

Sob essa ótica o patrimônio, enquanto registro da ação humana, em um espaço e em determinado tempo, possui expressividade socialmente esculpida e legitimada com base na relação que ele possui com o mundo, sendo detentor de elementos de representatividade

subjetivas, compreensíveis apenas aos que com o mesmo estabelecem relações de construções de saberes, sejam elas identitárias, históricas ou culturais. Sendo assim ele só pode ser expressão patrimonial se a sua representatividade histórica estiver presente no cotidiano dos que o cercam.

Para além das definições até aqui citadas, o conceito de patrimônio também aparece atrelado a um leque de valores artísticos, estéticos, sociais e culturais, sob a categorização de material ou imaterial. O trabalho e o valor cultural dado ao patrimônio convergem em atividades ligadas à memória dos sujeitos históricos vinculadas ao lugar, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural dessas pessoas. A questão da identidade tornou-se um ponto estratégico, principalmente ao se constatar que esta é uma temática contemporânea. Salientamos a atuação do patrimônio como objeto e a sua relação com a formação histórica, o marcando como um pilar desta pesquisa.

Dessa forma, considerando o patrimônio como elemento de constituição histórica/identitária, entendemos que ele faz parte, em diferentes tempos, do lugar vivido, usado, habitado e praticado como bem define Certeau (1994). O patrimônio é uma estrutura fragmentada que precisa de uma significação relativa para fazer sentido, esta advém do lugar em que ele é vivido e interpretado e do quão faz parte esse patrimônio da história do lugar.

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. (CERTEAU, 1994: 189)

Assim o patrimônio enquanto elemento do lugar faz parte do que Barros (2004) classifica como abordagem da História Local. Essa abordagem engloba uma dialética da composição histórica própria do lugar, resultado das interações e forças históricas intrínsecas e extrínsecas a um espaço, que necessariamente não está associado a um recorte político/administrativo, mas que pode fazer parte de um recorte cultural ou antropológico de acordo com as escolhas do pesquisador. “Os principais agentes [dessa] estrutura [...] são homens ou mulheres, chefes ou pessoas do povo – tipos culturais, não indivíduos. Suas práticas, são assim, estruturalmente situadas e relacionalmente posicionadas.” (BIESAK *apud* HUNT, 1999: 18)

Assim entendemos que a História no prisma local como uma trama que perpassa cada indivíduo, uma trama que antes não dava voz aos sujeitos que fazem parte da constituição histórica do lugar (VEYNE, 2008) e que é constituída e constitui o patrimônio. Nessa compreensão a história é tecida todos os dias, foi e é vista por muitos como instigadora, motivadora das mais diferentes indagações, pois as peculiaridades socioculturais e condicionantes do *fazer-se* de cada lugar dão a estas características únicas, muito diferente de olharmos para a história pelo ponto de vista das ações históricas generalistas, que homogeneizam as ações humanas.

Diante do que foi dito não podemos negligenciar a importância do patrimônio enquanto objeto de formação histórica do local e o caracterizamos como elemento pedagógico a ser/estar inserido nas práticas da educação escolar, dentro da perspectiva do ensino de História.

Na perspectiva da produção dos saberes históricos escolares, a História Local e o patrimônio aparecem como elementos significativos, legitimados pelo documento curricular oficial, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que há muito apresenta diretrizes para os anos iniciais da escolarização básica. Ressaltamos que embora o referido documento seja datado dos finais dos anos 1990 e tenha sido objeto de análises críticas por parte de diferentes campos da pesquisa educacional, não podemos negar a força de direcionamento pedagógico que apresentou e ainda apresenta em muitos contextos escolares brasileiros. Em seu texto original o documento elenca objetivos específicos para o trabalho com a localidade e conseqüentemente para com o seu patrimônio. Dentre os muitos objetivos, destacamos:

**Identificação de transformações e permanências nas vivências culturais** (materiais e artísticas) da coletividade no tempo:

- diferentes tipos de habitações antigas que ainda existem, observações de mudanças no espaço, como reformas de prédios, construções de estradas, pontes, viadutos, diferenciação entre produtos manufaturados e industrializados, mecanização da agricultura, ampliação dos meios de comunicação de massa, sobrevivência de profissões artesanais (ferreiros, costureiras, sapateiros, oleiros, seleiros), mudanças e permanências de instrumentos de trabalho, manifestações artísticas, mudanças nas vestimentas, sistema de abastecimento de alimentos, técnicas de construção de casas e suas divisões de trabalho, as músicas e danças de antigamente, as formas de lazer de outros tempos. (BRASIL, 2001: 55)

Dessa forma no ensino de História é indispensável à observação do entorno do espaço, estabelecendo uma relação com o Patrimônio Histórico-Cultural do local. Desse modo, os conhecimentos atuam como elementos que despertam para o campo da conscientização, aliando identificação com o assunto estudado, a formação da consciência coletiva e o fomento a identidade cultural. Para Proença (1990: 56) essa forma de ensino de história desemboca numa “História inteligível, conceitual, em que o aluno manipula dados, compara, aprecia, formula hipóteses e procura conclusões”.

Ao propor o trabalho com o a história local e o patrimônio dentro do espaço escolar é indispensável lembrar a necessidade e a importância de elementos mediadores no processo de ensino e aprendizagem. Um desses elementos é o livro didático. Ele é um artefato sedimentado na cultura escolar e que tem seu lugar garantido nas práticas educativas cotidianas. Por vezes é entendido como materialização das disciplinas escolares e do currículo, propagador de ideologias e perspectivas culturais, elemento permeado por ações de diversos agentes desde sua concepção, editoração, venda e utilização, sobretudo, em situações e ações pedagógicas.

Salles (2011) diz que apenas nas últimas décadas do século XX é que livro passa a ser entendido como objeto cultural complexo. Antes, era considerado de menor valor acadêmico, tendo em vista ao longo da sua trajetória já ter apresentado uma série de lacunas epistemológicas, anacronismos consolidados ao longo do tempo, o que o fez ser esquecido do cenário das pesquisas históricas por muito tempo (SALLES, 2011).

Compreendemos que na cultura escolar o livro didático é um artefato facilmente “reconhecível por que materializa a disciplina escolar” (FREITAS, 2009: 13), ele estabelece conteúdos, fronteiras no que diz respeito ao caráter temático, limites e possibilidades que orientam o trabalho com os conteúdos, propõe atividades e exercícios para o que Freitas (2009) chama de “fixação” e reprodução da disciplina escolar.

Choppin (2004) ressalta que o livro possui múltiplas faces, várias funções semelhantes as que Freitas (2009) defende. Concordamos com o ponto de vista de ambos e destacamos a fala de Freitas (2009) para definir nosso entendimento:

Livro é, portanto um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para

uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar. (FREITAS, 2009: 14)

Não podemos esquecer a importância do livro didático para o funcionamento do mercado editorial. Indubitavelmente para as editoras a produção do livro didático é uma das atividades mais rentáveis, principalmente no Brasil, quando o maior comprador é o Estado, que distribui as obras, transformando essa produção/venda/distribuição numa ação de proporções estratosféricas, tanto no que se refere ao número de livros comprados quanto na rentabilidade financeira desse mercado (SALLES, 2004).

Nesse sentido, o livro aparece como elemento inserido nas políticas de universalização da educação, citando como exemplo a execução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O PNLD, segundo o Ministério da Educação (MEC), se destina a dar subsídios ao trabalho pedagógico, por meio da distribuição de obras didáticas aos estudantes da educação básica nas escolas públicas de todo o país. Para tanto, as obras passam por um processo de avaliação e, se aprovadas, irão compor por meio de resenhas o Guia Nacional do Livro Didático, onde ficam disponíveis para a escolha dos professores adequados à proposta pedagógica de cada escola.

Destacamos aqui os livros didáticos de história regional, pois o entendemos como um instrumento pedagógico usado para situar o aluno no seu contexto de vivência, na construção de temporalidades, na percepção da teia de relações entre as particularidades do seu contexto sócio-histórico em articulação aos aspectos da generalidade, na construção de sua identidade social, na consciência sobre a construção individual e coletiva dessa identidade, sendo entendido como um importante referencial no processo de formação do sujeito histórico (NIKITUİK, 2007).

A especificidade desse tipo de obra é destacada pelo seu enfoque historiográfico regional/local, o desenvolvimento do sentimento de pertença sócio-cultural e a inserção de aspectos da cultura do lugar como elementos de formação para a cidadania, evidenciando o papel central desenvolvido por essa temática na formação histórica dos anos iniciais da escolarização básica.

Observando a trajetória do livro didático de história regional percebemos que o primeiro Guia do Livro didático a contemplar a especificidade da área de História para os anos iniciais foi o de 2004. Os Guias anteriores consideravam os livros das áreas de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, indicando que as áreas de História e Geografia ainda não eram contempladas com livros específicos<sup>2</sup>.

Destacamos também que nos guias dos livros didáticos publicados depois de 2001 as análises foram realizadas a partir de coleções inscritas nos editais do PNLD. Os livros didáticos regionais, que se apresentam em livros exclusivos para 4º e 5º ano não fazem parte de coleções e possuem a especificidade de explorar a História Local, entendida aqui como História do estado.

Conforme o Guia do Livro Didático (2007), “são classificados como Livros Didáticos Regionais aqueles que pretendem trabalhar com a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país.” (BRASIL, 2006: 21). O enfoque regional/local é encarado como um desafio na busca da superação das práticas tradicionais. “É uma nova apreensão cognitiva da realidade que tem efeitos na produção do conhecimento histórico. Privilegiar o local não significa opor-se ao nacional, e sim aborda-lo por outros prismas.” (NIKITUİK, 2007: 202)

A partir do que foi discutido neste trabalho, compreendemos que o patrimônio é elemento que não pode ser negligenciado diante do processo educativo escolar, por ser constituinte da atmosfera histórico-cultural dos sujeitos históricos, devendo, portanto, ser/está inserido no ensino de história. Em paralelo o livro didático de história regional se caracteriza como lugar privilegiado para contemplar o patrimônio enquanto conteúdo escolar, sendo este artigo um estudo preliminar que, posteriormente aprofundará as análises que contemplarão temáticas aqui descritas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2008.

---

<sup>2</sup> Informações retiradas do site do MEC. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12637%3Aguias-do-programa-nacional-do-livro-did..](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12637%3Aguias-do-programa-nacional-do-livro-did..) Acesso em: 20 mai 2012

- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BIERSAK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 p. 97-130.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O livro Didático de História Regional: Um convidado ausente. In: OLIVEIRA, Margarida Maria D. de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **Livro Didático de História: Escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRN, 2009. 171-80.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2003.
- CHOPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 30, n. 30, p. 558, set/dez, 2004.
- Florianópolis, v. 11, n. 02, jul. / dez. 2010, p. 1-14.
- FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FONSECA, Selva Guimarães. O estudo da História Local e a construção de identidades. In: **Didática e Prática de Ensino de História**. 2ª ed. Campinas Papirus, 2003. p. 153-61.
- LIMA, Marta Margarida de Andrade. História local nos livros didáticos de história para os anos iniciais do ensino fundamental. In: OLIVEIRA, Margarida Maria D. de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **Livro Didático de História: Escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRN, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execuções de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretações de dados**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.271-296
- NIKITUIK, Sonia Maria Leite. Por que Livros Regionais de História?. In: OLIVEIRA, Margarida Maria D. de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **Livro Didático de História: Escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRN, 2009. 199-208
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Educação Patrimonial e Ensino de História nos Livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de & OLIVEIRA, Almir Félix Batista (Orgs.). **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal/RN: EDUFRN, 2009b.
- OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de & OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (orgs.). **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRN, 2009. p.12-19
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla. B. & LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

PROENÇA, Maria Cândida. **Ensinar/Aprender História: questões de didática aplicada**. Lisboa : Livros Horizonte, 1990.

SALLES, André Mendes Salles. O livro didático de História no Brasil oitocentista: o Instituto

SALLES, André Mendes. **A Guerra do Paraguai na literatura didática: Um estudo comparativo**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SIQUEIRA NETO, Moysés Marcionilo de. **Sob o véu do patrimônio cultural: uma análise dos processos de tombamento em Pernambuco (1979-2005)** Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011.

VEYNE, PAUL. **Como se escreve a história**. Trad. A. J. da S. Moreira. Lisboa: Edições 70, 1987.